



# O RAP COMO PRÁTICA SOCIAL E DEMOCRÁTICA\*

## RAP AS SOCIAL AND DEMOCRATIC PRACTICE

Patrícia Santos Albarello **1**  
Diego Carlos Zanella **2**  
Marcos Alexandre Alves **3**

Mestranda do Programa de Pós-graduação- Mestrado em Ensino de  
Humanidades e Linguagens pela Universidade Franciscana (UFN). **1**  
E-mail: pattly10@gmail.com

Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica- PUC-RS. **2**  
E-mail: diego.zanella@gmail.com

Doutor em Educação pela Universidade de Pelotas- UFPEL-RS. **3**  
E-mail: maralexalves@gmail.com

\* Ensaio proposto pela disciplina de Ética e Humanidades e pela disciplina de Epistemologia do Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens;

**Resumo:** O presente artigo visa contribuir no sentido de analisar e descrever a importância da ação docente, enquanto atuante no processo de educação democrática, e como o letramento através do Rap (Rojo, 2012; Cope e Kalantzis, 2009, Soares, 1998), como prática social pode desenvolver a interação, expansão e inclusão social. Para tanto, utilizam-se os pressupostos teóricos de: Roaunet (1987), Nussbaum (2015), Morin (2000), Freire (1965).

**Palavras-chave:** Letramento; Prática Social; Prática Democrática.

**Abstract:** The present article aims to contribute to the analysis and description of the importance of the teaching activity, while acting in the process of democratic education, and as the literacy through Rap (Rojo, 2012; Cope and Kalantzis, 2009, Soares, 1998) interaction, expansion, and social inclusion. For that, the theoretical assumptions of Roaunet (1987), Nussbaum (2015), Morin (2000) and Freire (1965) are used.

**Keywords:** Literature; Social Practice; Democratic Practice.

## Introdução

A instituição de ensino público brasileiro vive um contexto de reformulação no currículo, em que se valoriza o ensino de disciplinas da área das exatas, restando um período mínimo para o ensino de humanidades. Esse é o cenário brasileiro, desde 1964, segundo Roaunet (1987, p. 305), que corrobora ao afirmar que “mas pouco, ou nada, se tem escrito sobre a revalorização em nossos currículos de certas disciplinas, estratégicas para um país que está reaprendendo a pensar as humanidades”.

De acordo com Roaunet (1987) esse contexto do sistema educacional, instaurou-se no processo de retorno à democracia. A partir disso, “reinou a grande democracia do analfabetismo universal (ROUANET 1987, p. 306). O autor, ainda complementa que,

havia mais gente com formação superior que em toda a história passada do Brasil. não se sabia história. Não se lia literatura. Não se sabia história. Não se conheciam línguas estrangeiras, ou se conhecia o inglês básico, o suficiente para aproveitar bolsas de pós-graduação oferecidas no exterior. O francês tinha se transformado numa língua tão morta quanto o latim, e do latim sabiam-se estritamente as duas ou três expressões usadas pelos americanos em livros de economia.

Segundo o autor, predominava a tecnocracia, ou seja, os conteúdos de História, de Literatura, de línguas estrangeiras, de Filosofia, de Arte cederam espaço para os conteúdos das disciplinas valorizadas em países em desenvolvimento- Química, Matemática, Física. Dessa forma, as humanidades foram, aos poucos, sendo desvalorizadas no país. O fato é que até que ponto, as disciplinas valorizadas contemplam as necessidades da sociedade? Não seriam os conteúdos suprimidos do currículo, os formadores de pensamento crítico?

Roaunet (1987) critica o ensino puramente técnico, pois para ele, o ensino de exatas não proporciona à humanidade, a criticidade. O fato é que, no contexto brasileiro, emerge a necessidade de práticas que proporcionem o pensamento crítico e que possibilitem a inclusão. Na área de Linguagens, uma das possibilitadoras do desenvolvimento da capacidade crítica, Rojo (2012), afirma que a escola tem valorizado a prática da leitura e da escrita, por meio de listas de exercício que consistem em um conhecimento mecanizado. Segundo a autora, a escola deveria proporcionar outros letramentos, que não apenas, o da letra, mas também, o que contemplasse as práticas locais, as quais consistem na realidade dos alunos. Nesse sentido, a escola deveria ampliar para práticas de culturas locais mais valorizadas e dessa forma, estaria possibilitando a inclusão social, por exemplo.

Vejam os casos de escolas situadas em regiões periféricas, que possuem uma realidade, possivelmente, distante de meios tecnológicos- tablet, computador, internet e também, de difícil acesso, a livros de literatura e atividades artísticas. Nessa concepção, apresenta-se o Rap, como uma cultura local e, que pode ser uma forma de incluir a demanda social na escola, através do letramento da música. Assim, o estudo dessa arte, como prática que retrata o mundo, poderia ser uma forma de exercer a inclusão social, colaborando assim, para a democracia.

O Rap é um ritmo musical que costuma ser estigmatizado pela sociedade. Tal comportamento pode-se justificar pela falta de informação sobre a origem, bem como da intencionalidade da música. Nesse sentido, acredita-se que o letramento, enquanto prática social, especificamente o letramento da música (rap), pode ser uma forma de expandir o conhecimento cultural acerca do rap, bem como, uma maneira de inclusão dos grupos sociais que se utilizam do estilo musical como forma de expressão. Ademais, sabe-se que a escola é o local, cuja missão é a de propiciar a socialização do conhecimento. Portanto, o presente artigo visa contribuir no sentido de analisar e descrever a importância da ação docente, enquanto atuante no processo de educação democrática, e como o letramento, como prática social, pode desenvolver a interação, expansão e inclusão social.

## Material e Método

O presente artigo é norteado por meio de pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (1999), é desenvolvida com base em material já elaborado, podendo ser constituído por livros e artigos

científicos. Nesse sentido, esse estudo é embasado pelos pressupostos teóricos de: Roaunet (1987), Nussbaum (2015), Morin (2000), Freire (1965).

## **Letramento**

O termo Letramento vem sendo abordado, nos últimos anos, no âmbito escolar, nos congressos sobre educação, mas o fato é que, segundo Rojo (2012) os estudos sobre o Letramento iniciaram desde a década de 80. Soares (1998), umas das estudiosas acerca do Letramento no Brasil, descreve que o termo letramento (utilizado no Brasil) vem do termo Literacy, proposto por Street (1984). Letramento é “o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever; estado ou a condição que adquire um grupo social ou indivíduo como conseqüência de ter se apropriado da escrita” (SOARES, 1998, p. 18). De acordo com Vieira; Silva; Alencar (2012, p. 187) “o processo de ensino da língua deve fazer sentido para os sujeitos. Por isso, os contextos de letramento devem partir de práticas situadas no cotidiano dos aprendizes. Diversos são os contextos sociais que demandam práticas que incluem habilidades de leitura e escrita, mas nem sempre a escola privilegia essas práticas ou as toma como objetos de ensino/aprendizagem. Nesse sentido, Rojo (2012) atenta que é imperativo que a escola promova práticas diversas, não se detendo em práticas que valorizam o letramento da letra, mas sim em atividades que valorizem o contexto social do alunado.

Nessa perspectiva, Cope e Kalantzis (2009, p. 138) corroboram ao avaliar que as escolas continuam mantendo a tradição de assimilar de maneira incompleta aquilo que lhes poderia oferecer vantagens em termos pedagógicos. Consideram que os professores devem extrapolar essa restrição, tornando-se também produtores de conhecimento a partir dessas novas ferramentas e dispositivos digitais, compartilhando com seus alunos essas novas formas de construção colaborativa, levando-os a se tornarem produtores e não apenas consumidores de conhecimento.

## **O rap como prática democrática**

De acordo com Nussbaum (2015, p. 96), “O desenvolvimento da compreensão têm sido um elemento fundamental dos principais conceitos recentes sobre educação democrática, tanto nos países ocidentais como nos não ocidentais. Embora muito desse desenvolvimento deva acontecer na família, as escolas de ensino fundamental e médio, e mesmo as escolas técnicas e as universidades, também desempenham um papel importante. Se quiserem desempenhá-lo bem, elas devem reservar um lugar de destaque no currículo para as humanidades e para as artes, desenvolvendo um tipo de educação participativa que estimula e aprimora a capacidade de perceber o mundo através do olhar de outra pessoa”.

Nussbaum (2015) expõe que para Winnicott a atividade lúdica é importante durante toda a fase de desenvolvimento; “Winnicott enfatizava com freqüência que a atividade lúdica tem um papel importante na formação da cidadania democrática” (NUSSBAUM, 2015, p. 100). Diante da afirmação, Nussbaum (2015) levanta o seguinte questionamento: “como os adultos mantêm a capacidade de brincar após terem deixado para trás o universo das brincadeiras de criança?” Nesse sentido, Winnicott sustentava que as artes têm um papel fundamental nisso. Ele defendia que a principal função da arte em todas as culturas humana é preservar e intensificar o desenvolvimento do espaço lúdico; além disso, ele considerava que o papel das artes na vida humana era, acima de tudo, o de alimentar e ampliar a capacidade de empatia.

Nussbaum (2015) descreve sobre o trabalho de Tagore, revestido do pensamento socrático, com as artes (música, teatro, poesia, pintura, dança), visto que para ele, a arte desempenha papel importante na produção de estímulo à compreensão, Tagore utilizava a interpretação de papéis durante todo o dia escolar, enquanto os pontos de vista intelectuais eram explorados pedindo-se às crenças que assumissem posturas conceituais desconhecidas (...) Ele também usava a interpretação de papéis para explorar a difícil esfera da diferença religiosa, estimulando os alunos a celebrar os rituais e as cerimônias de religiões diferentes das suas e a compreender o desconhecido por meio de uma participação criativa. Entretanto, Tagore utilizava acima de tudo produções teatrais elaboradas, misturando dramaturgia, música e dança para fazer com que as crianças explorassem diversos papéis com uma participação plena do corpo, assumindo posturas e gestos desconhecidos.

Dessa forma, percebe-se que Tagore promovia o conhecimento do desconhecido por meio

da ludicidade, bem como também pela arte cultivava o produzia o ensinamento do respeito às culturas diferentes, no afã de se evitar o desrespeito no convívio social, o que de certa forma torna-se imperativo na sociedade de hoje, visto a diversidade cultural e o grande número de atos desrespeitosos e virtude do preconceito social. Corroborando acerca das diferenças culturais e da discriminação, Nussbaum (2015, p. 33) afirma,

Infelizmente, temos de reconhecer que todas as sociedades humanas criaram grupos marginalizados que são estigmatizados como vergonhosos ou nojentos, e normalmente ambos. Não obstante, existem numerosas causas de variação que influenciam o resultado dessa história ao moldar as atitudes das pessoas com relação à fragilidade, à necessidade e à interdependência. Entre elas estão as diferenças de cada família, as regras sociais e a lei. Estas três geralmente interagem entre si e de forma complexa, já que os próprios pais habitam um mundo social e político, e os sinais que enviam aos filhos são moldados por esse mundo.

Nesse sentido, pode-se inferir que, na sociedade, há grupos que são estigmatizados e essas atitudes discriminatórias revelam-se quando em convívio social, como na escola, por exemplo. Dessa forma, pode-se sugerir que a escola seja o local em que possam ocorrer práticas que visem à minimização de alguns preconceitos. Nessa perspectiva, ao direcionar a atenção para grupos que sofrem com atos discriminatórios, identifica-se o RAP como um estilo que sofre algumas discriminações. O RAP é um ritmo musical, a mistura do ritmo com a letra que vem de um discurso, e que integra contexto social, cultural e político. Surgido no Brasil na década de 80, não era bem aceito pelas pessoas em geral, pois era considerado um estilo de música muito violento e típico da periferia.

Ainda hoje, os grupos que se utilizam do RAP como forma de expressão sofrem com a discriminação social. Nesse sentido, a escola enquanto espaço de socialização de conhecimento, pode ser o ambiente proporcionador do conhecimento da cultura do RAP, visto que por meio do esclarecimento da história do estilo musical, os alunos poderiam diminuir alguns preconceitos impostos pela sociedade, bem como poderiam disseminar essa cultura. Assim, se estaria possibilitando a democracia.

Ademais, por meio das letras do RAP, a escola poderia propor alguma prática pedagógica. Assim, estaria proporcionando o letramento aliado à democracia. A exemplo de prática no viés democrático-participativo, Oliveira (2013) descreve uma atividade realizada no Colégio/Projeto Social Armazém de idéias e Ações Comunitárias-AIACOM, localizada na rua Barão do Bom Retiro-Engenho Novo e, que atende às comunidades menos favorecidas do bairro. O objetivo da prática constava na promoção de uma relação interativa/democrático-participativa e que permitisse a mudança de uma realidade. O contexto histórico apresentado na época era sobre o da criação de uma lei que beneficia às domésticas. Nesse sentido, a temática proposta era: “identidades e Atitudes: O Universo feminino”, em que os alunos deveriam demonstrar a presença da mulher negra, nas atividades laborais e, para isso, o grupo utilizou-se da criação de um rap- Rap das Domésticas-, como forma de expressão e de socialização de opiniões.

### **Reflexões acerca da prática pedagógica**

No que concerne à prática pedagógica, a qual inclui uma vasta riqueza cultural, Morin (2005, p. 95) descreve que “a palavra “cultura”, verdadeiro camaleão conceptual, pode significar tudo que, não sendo naturalmente inato, deve ser aprendido e adquirido; pode significar os usos, valores, crenças de uma etnia de uma nação”. Nesse sentido, Morin (2000) prevê a abertura para novos aprendizados, os quais transmitem diversas culturas e valores. Pode-se inferir que esse processo de compartilhar culturas poderá contribuir para o cultivo do respeito mútuo, já que há preconceitos enraizados na sociedade que precisam ser desmitificados e, isso poderá ocorrer mediante o conhecimento da origem, da história, do fundamento, enfim, tudo que forma a cultura de uma determinada ação.

Nesse contexto, de acordo com Alves; Tatsch (2015, p. 11), "a educação que se pretende de qualidade está inserida no contexto da informação e da formação de um sujeito/cidadão que viverá e conviverá em sociedade. Por isso, o educador precisa integrar-se às novas exigências presentes no contexto econômico, político ou social". Assim, na mesma perspectiva no capítulo "A Relação entre Universidade e Escola: Complexidade, Educação e Conhecimento na Formação de Professores", ao refletirem sobre a Teoria da Complexidade de Morin (2000), os autores, Alves; Tatsch (2015, p.12) descrevem,

A questão da identidade e da diferença leva-nos à dimensão sociocultural, com os conceitos do multiculturalismo que atende a uma dimensão intercultural, valorizando o macro e micro, com uma redescritção das identidades, respeitando as diferenças sem procurar a igualdade nas culturas.

A proposição acima, dos autores já citados refere-se ao contexto da universidade, porém há de se ressaltar que também, define a situação do ambiente escolar que abraça uma comunidade multicultural. Além disso, Alvez; Tatsch (2015, p. 17) descrevem que a educação deve ser considerar o "o princípio da cidadania: a educação deve promover o desenvolvimento da consciência crítica em prol da construção um mundo mais justo e humano". Dessa forma, pode-se inferir que a prática pedagógica planejada e eficiente pode contribuir para a cidadania, democracia e a consequente transformação no mundo, com o cultivo do respeito às múltiplas culturas.

No mesmo pensamento, Freire (1965, p. 62) defende a educação reflexiva, com viés para a prática social, uma educação que pode transformar o mundo. A teoria de Freire, criada no contexto do século XX, não deixa de abordar questões necessárias e que abrangem práticas ocorrentes no século XXI. O fato é que, na sociedade contemporânea, com o surgimento da multiplicidade de linguagens e, a consequente necessidade de letramento, torna-se imperativo a realização de práticas voltadas para a leitura de mundo, ou seja, que considera o uso do ato de ler e de escrever como um caminho para a prática social, reflexiva, inclusiva.

### Considerações finais

Após o percurso deste artigo que objetiva contribuir na área do ensino, no sentido de analisar e descrever a importância da ação docente enquanto atuante no processo de educação democrática, percebe-se que a escola, enquanto espaço de socialização pode ser agente no processo de minimização de atitudes discriminatórias aos grupos de RAP. Para tanto, torna-se necessário que o processo pedagógico insira essas diferentes culturas na prática pedagógica, e que proporcione para além do simples estudo de conteúdos escolares, mas que esclareça e instigue o corpo discente a pesquisar sobre a origem e intencionalidade das atividades exercidas por determinados grupos sociais que vem sofrendo discriminação cultural ao longo desses anos.

Nesse sentido, o ato pedagógico proporcionará o letramento, na medida em que desenvolverá a habilidade de conteúdos para a prática social, bem como estará contribuindo com a democracia, visto que ampliará os horizontes do conhecimento dos alunos, os quais poderão, então, ter acesso ao ensino de uma cultura diferente. No entanto, há de se considerar que não é uma tarefa fácil, a de desmistificar preconceitos enraizados na sociedade. Para tanto, é imperativo uma atividade docente em constante reflexão, o profissional de educação deve vigiar as suas metodologias pedagógicas, no sentido de bem capacitar o aluno para o exercício da democracia.

### Referências

ALVES, M. A; TATSCH, K. J. S. A relação entre Universidade e Escola: complexidade, educação e conhecimento na formação de professores. In: **Interdisciplinariedade e formação de professores**. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2015.

COPE, B.; KALANTZIS, M. **A grammar of multimodality**. International Journal of Learning, v. 16, n. 2, p. 361-425, 2009.

FREIRE, P. Política e Educação Popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. **Ensaio**. São

Paulo: Ática, 1965.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Perdizes: Cortez, 2000

NUSSBAUM, M. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

ROJO, R.; MOURA; E. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

ROUANET, S. P. **As Razões do Iluminismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

Recebido em 8 de fevereiro de 2018.  
Aceito em 19 de julho de 2018.